



Projeto Conexão Local 2008

CASA ROSA MULHER

Alunos

Malila Nami Cutrim Ohki
Priscilla Costa Silva

Tutor

Fernando Burgos

Sumário

Introdução	03
Histórico.....	04
Aspectos Institucionais e Financeiros.....	08
Casa Rosa Mulher Hoje.....	09
Ciclo de Violência e Questão do Agressor.....	11
Rede Informal de Atendimento para Mulheres	14
Algumas Dificuldades Encontradas.....	16
Análise.....	17
Referências Bibliográficas.....	18
Anexo 1.....	19

Introdução

O século XX foi marcado pelo reconhecimento de direitos e transformações sociais, devido ao surgimento da defesa de minorias antes ignoradas ou oprimidas, que fizeram aumentar a consciência das desigualdades e discriminações.

Os movimentos feministas trouxeram para o espaço público a discussão das relações de poder entre gêneros, questionando privilégios masculinos e reivindicando maior autonomia às mulheres. Dentro destes movimentos estava a luta contra o papel de subordinação ao homem, pelo direito da mulher decidir pela sua própria fertilidade e busca de sua satisfação pessoal.

Tornou-se visível que as diferenças sociais entre homens e mulheres existem na sociedade desde muito tempo e comportamentos tidos como “naturais” levam à banalização de ações que contribuem para a não concretização dos direitos da mulher.

Em verdade, hoje esta luta ainda está em seus primórdios e muitas mulheres continuam submetendo suas escolhas de vida às pressões dos seus parceiros, familiares e da própria sociedade. Porém, no Brasil, este tema obteve avanços significativos recentes como, por exemplo, a sanção da Lei 11.340 em 7 de agosto de 2006, conhecida como “Maria da Penha” - em homenagem à militante feminista que por duas vezes sofreu tentativa de assassinato pelo seu marido, um ex-professor universitário.

Esta lei tipificou a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo também suas formas, e as discussões posteriores a ela permitiram um maior entendimento da violência de gênero, identificada nas diferentes camadas sociais do país independente do grau de escolaridade das pessoas envolvidas.

Assim, em diferentes níveis de governo, foram colocadas em prática, políticas públicas de atendimento às vítimas deste problema, como a criação dos centros de referência especializados.

E, experiências como a Casa Rosa Mulher, instituição pioneira de combate à violência doméstica da Prefeitura Municipal de Rio Branco (AC), passaram a ter maior visibilidade, chamando a atenção de vários órgãos e pesquisadores nacionais e internacionais. Este relatório, por exemplo, é parte do Projeto Conexão Local, da FGV-EAESP, e foi construído com informações coletadas durante o mês de julho de 2008. .

Este centro de referência, considerado em 1996, um dos 20 destaques do Programa “Gestão Pública e Cidadania” pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e Fundação Ford, pois através de uma equipe multidisciplinar formada por assistente social, advogada e psicóloga, a Casa Rosa Mulher consegue trabalhar com suas usuárias partindo dos seguintes objetivos: geração de renda, oferecendo cursos profissionalizantes para ajudá-las a obter independência financeira; combate à violência, conscientizando suas usuárias sobre seus direitos e deveres para sua reestruturação física, emocional e social. Assim, o conjunto destas ações repercute na promoção da cidadania e melhoria da qualidade das relações sociais e afetivas destas mulheres.

A Casa Rosa Mulher tem seus esforços reconhecidos pela população rio-branquense, pois tem ajudado diversas mulheres que se sentem prisioneiras de seus relacionamentos, geralmente devido à grande dependência financeira e/ou psicológica, a sair do ciclo da violência, reintegrando-as à sociedade. Por seu trabalho, ela recebeu o prêmio de Objetivo de Desenvolvimento do Milênio pelo Governo Federal e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2005, e tem se mostrado uma das mais interessantes políticas públicas na luta pela igualdade de oportunidades e direitos entre os gêneros do Brasil e do mundo.

Neste relatório, o leitor terá a possibilidade de conhecer o que levou ao surgimento da Casa, sua situação atual e como ela conseguiu se consolidar como política pública, levando em consideração toda a rede informal de atendimento à mulher da qual ela faz parte.

Histórico

A história do Estado do Acre é permeada por lutas que remontam a Revolução Acreana e a chamada “Batalha da Borracha”, época de grande euforia econômica da região causada pela necessidade do látex pela indústria bélica, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A Batalha da Borracha foi dividida em dois grandes ciclos, vivendo seu auge no primeiro deles entre 1879 a 1912, e experimentando uma sobrevida entre 1942 e 1945. Nesta época, foram para a Amazônia aproximadamente 54 mil trabalhadores nordestinos, sendo 30 mil deles apenas do Ceará. Os velhos mitos do eldorado amazônico voltavam a ganhar força no imaginário popular, considerado o paraíso verde onde havia fartura e a seca não tinha vez.

Os sertanejos pobres eram encorajados a colaborar com o Brasil naquela luta patriótica, tornando-se Soldados da Borracha, em troca, seriam conhecidos como heróis da Pátria e ficavam “isentos” do serviço militar. Suas famílias, no entanto, dificilmente os acompanhavam nessa nova vida, pois o trabalho de extração e defumação do látex era penoso e perigoso e só poderia ser realizado por um exército de homens acostumados à vida mais ruda.

A população na região tornou-se predominantemente masculina e ainda na década de 70, a população feminina na capital Rio Branco era de 39.654, e a masculina 44.323, com uma população total de 83.977 habitantes. Só a partir de 2000 o quadro se inverteu, os homens somavam 123.248 e as mulheres 129.211 do total de 253.059 habitantes (Fonte: IBGE, Censos Demográficos e Contagem da População, 1996/2000).

Neste contexto, as mulheres que moravam na Amazônia, de maior parte indígena e a outra de imigrantes fragilizadas pela distância de seus entes queridos, eram tratadas como objeto e começaram a ser oferecidas como prêmio àqueles seringueiros que apresentassem maior produção de borracha. Pelo fato de ser mulher, portanto, carregando o estigma da pureza e da submissão, foram as que mais sofreram com as condições a que foram submetidas. À carga de repressão dos discursos dos poderes, a prostituição se tornou uma das formas de resistência encontrada, na tentativa de conseguir algum tipo de benefício numa realidade que para elas dificilmente seria mudada.

Essa situação por si só não explica a cultura machista que se fortificava na região, no entanto, houve uma continuidade histórica da desigualdade entre gêneros ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que começou a aumentar a consciência sobre os direitos humanos. E foi no final da década de 80 esta situação se tornou visível.

Houve uma grande movimentação rural por melhores condições de trabalho e as mulheres acreanas envolvidas com o movimento tiveram aí uma grande oportunidade para reivindicar a valorização do trabalho que já desenvolviam no campo, iniciando, mesmo que timidamente, uma luta contra o preconceito machista. Esse contexto levou à criação da Rede Acreana de Mulheres e Homens, acentuando lutas feministas ligadas também aos sindicatos, visando o combate à violência contra a mulher, prostituição e os problemas relacionados a ela.

Em 1993, numa pesquisa feita pela Universidade Federal do Acre (UFAC), foi verificado um elevado índice de prostituição de crianças e adolescente envolvidas também com o uso e tráfico de drogas. Este estudo levou a um dossiê elaborado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular (CDDHEP), sobre a violência contra mulher no Acre. Logo após foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o mesmo tema, e foi aberta uma comissão de sindicância para investigar o tráfico dessas mulheres com destino aos garimpos e prostíbulos de Rondônia. Houve também um seminário aberto à comunidade para discussão das ações a serem tomadas, porém com pouca participação popular.

O problema da violência contra a mulher começou a ganhar destaque, de tal modo que foi incluído no novo plano de governo do então prefeito eleito em 1994, Jorge Viana do Partido dos Trabalhadores (PT), junto com o Secretário Municipal de Assistência Social, Raimundo Angelim, atual prefeito de Rio Branco.

Foi sentida a necessidade da criação de um centro de referência de atendimento para as mulheres vítimas de violência, que oferecesse assistência social e ajuda psicológica, na tentativa de mudar esta realidade. Neste momento, a militante feminista Filomena Ramos, atual e primeira coordenadora da Casa Rosa Mulher, foi chamada para fazer parte do grupo que iria discutir as ações a serem tomadas pela nova gestão.

Então, a Casa Rosa Mulher foi inaugurada em abril de 1994, subordinada à Secretaria Municipal da Assistência Social de Rio Branco, como fruto das discussões de possíveis políticas locais a serem criadas para dar suporte à parcela da população formada por meninas, adolescentes e mulheres de baixa renda e que viviam em situação de risco pessoal e social, envolvidas com prostituição e de grande vulnerabilidade à violência.

O primeiro local de instalação da Casa Rosa Mulher foi no Bairro do Quinze, onde haviam muitos prostíbulos devido à grande concentração masculina, pois ali era feito o descarregamento de mercadorias vindas de outros municípios através do Rio Acre, para a comercialização na capital.

Além dos cursos de capacitação profissional como cabeleireiro para iniciantes, corte-costura, fabricação de bijouterias, modelagem de bisqüi e artesanato em palhas, a Casa oferecia ao seu primeiro público atendimento médico, odontológico e social. Também haviam atividades educativas e de lazer, das quais faziam parte aulas de capoeira, o grupo de teatro Rosa Menina, grupo de dança Rosa em Cena e de assistência pedagógica Rosa Criança.

Em 1995, a militante e socióloga Rosali Scalabrin, atual secretária da Coordenadoria Municipal da Mulher, se tornou gerente dos cursos profissionalizantes e também tinha uma importante participação nas outras atividades da Casa. Para que todas as tarefas fossem realizadas, a Casa contava com o trabalho voluntário de um médico, uma enfermeira e uma psicóloga para realizar exames nas usuárias, e era constituída pela equipe mostrada na Tabela 1:

Tabela 1: Equipe inicial da Casa Rosa Mulher:

Coordenadora	Filomena Ramos
Gerente dos cursos profissionalizantes	Rosali Scalabrin
Assistente social	Alcinéia Moreira
Secretária	Rozária Alves
Apoio técnico comunitário	Maria Bertila Rosas

O trabalho desenvolvido tinha como foco orientar as mulheres de forma que elas conseguissem sair da situação de risco e melhorar sua qualidade de vida. O trabalho da instituição passou a ser voltado para a superação do trauma e da elevação de suas auto-estimas, de forma que as vítimas se emancipassem. Para que isto ocorresse de fato, a Casa Rosa Mulher adotou uma política fundamentada em um tripé: assistência social, jurídica e psicológica, pois era preciso trabalhar a confiança em si e retomar tanto os relacionamentos afetivos quanto sociais.

O trabalho com as mulheres envolvidas com a prostituição tinha a intenção de defender seus direitos e não exatamente de exterminar esta atividade. Mas através de uma política de não-violência voltada para preservação da saúde física e psicológica dessas mulheres, os cursos apresentavam-se como uma medida eficaz na obtenção de renda, a fim de ampliar suas perspectivas e potenciais, permitindo que elas sozinhas optassem por qual caminho seguir.

Muitas vítimas que eram presas aos seus companheiros ou que até mesmo realizavam programas de sexo por serem dependentes financeiras puderam ser beneficiadas pelas atividades da instituição, que não ajudavam apenas aquelas que sofreram a violência, mas também toda comunidade, pois a partir do momento que a auto-estima dessas mulheres se elevava, transformavam-se em lideranças locais e referência para outras pessoas, já que eram verdadeiras conhecedoras do que é a violência, como identificá-la e combatê-la.

O grupo da Casa Rosa Mulher era formado, até então, por aproximadamente 120 pessoas, principalmente profissionais do sexo, que iam às ruas fazer passeatas de conscientização e combate à prostituição infantil e juvenil, sendo muito difícil, nesse momento, distinguir violência de exploração sexual. Também distribuíam camisinhas numa campanha chamada Rosa Viva contra as Doenças e Infecções Sexualmente Transmissíveis e gravidez precoce e não planejada.

O trabalho feito na vizinhança da instituição também tinha o intuito de difundir o conhecimento e sensibilizar aqueles que utilizavam termos pejorativos para se referir à Casa. Foi por meio de apresentações do Teatro Rosa Menina com crianças que a população começou a perceber a gravidade do que estava acontecendo e os próprios moradores resolveram participar do movimento.

Em 1996, devido ao seu elevado grau de inovação, a experiência da Casa Rosa Mulher foi escolhida como um dos destaques entre as finalistas do Programa “Gestão Pública e Cidadania”, uma iniciativa conjunta da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo - e da Fundação Ford. Neste mesmo ano, após receber a premiação, a coordenadora Filomena Ramos deixou o cargo de coordenadora da Casa, devido ao fim da gestão do PT, retomando a mesma função em 2005.

Com a mobilização popular, houve um aumento da procura pela Casa Rosa Mulher e seus serviços, mas isto não significava uma real diminuição da violência já que todos os números deste problema são baseados nas denúncias feitas e ainda existem os casos em que a vítima, por medo, resolve se calar. Por isso, as campanhas eram importantes para conscientizar a população de que todos os cidadãos são agentes de mudança e poderiam buscar apoio sempre que soubessem de algum caso.

A Casa foi responsável pela mobilização da saúde com relação às profissionais do sexo, e auxiliou na fundação da associação Agá & Vida, de apoio aos portadores do vírus HIV. Nesse mesmo período, muitos homossexuais que eram vítimas de violência procuraram apoio da Casa, já que não havia um local específico voltado para o atendimento deste público. Todavia, não foi possível atender esta nova demanda, já que o órgão tinha seu trabalho voltado exclusivamente para mulheres, as quais poderiam se intimidar com a presença masculina.

Em 1997, a Casa Rosa Mulher foi transferida para um novo local, próximo ao terminal rodoviário onde também havia um forte foco de prostituição, mas nos três anos subsequentes, durante a gestão da oposição do PT na prefeitura, a Casa não recebeu nenhuma atenção e teve suas atividades diminuídas quase totalmente. Um aspecto marcante é que não houve movimentação popular neste período. Foi percebida então, a fragilidade que uma política pública – mesmo amplamente aceita pela comunidade como essa – pode vir a ter, ficando à mercê do modo de governar de cada gestor.

Só no ano 2000, na gestão seguinte, que a situação começou a ser mudada, quando Heleonora Farias se tornou coordenadora da Casa Rosa Mulher e oficializou esta função. Ela recolheu assinaturas para que a instituição fosse mantida, reerguendo-a para se tornar auto-sustentável, disponibilizando apenas cursos profissionalizantes que começariam a ser cobrados das usuárias, e não seriam mais oferecidos os atendimentos técnicos.

A Casa quase se tornou uma ONG, prova disso foi a solicitação de uma avaliação ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para ver o que poderia ser feito para torná-la mais rentável. Heleonora também criou uma contribuição voluntária de R\$10,00 por cada curso para a manutenção dos materiais e pequenos imprevistos como lâmpadas queimadas e amolação de alicates do curso de manicure e pedicure.

Em 2001, com a implantação do Programa Federal Sentinela, de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, na capital Rio Branco, todo este público anteriormente atendido na Casa Rosa Mulher, foi encaminhado para o novo programa - atualmente incluído na estrutura do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Com isso, a instituição resgatou a imagem que objetivava ter desde o início: um projeto de políticas públicas para mulheres. Hoje a idéia de oferecer um tratamento adequado à demanda das profissionais do sexo já foi incorporada pelos órgãos de

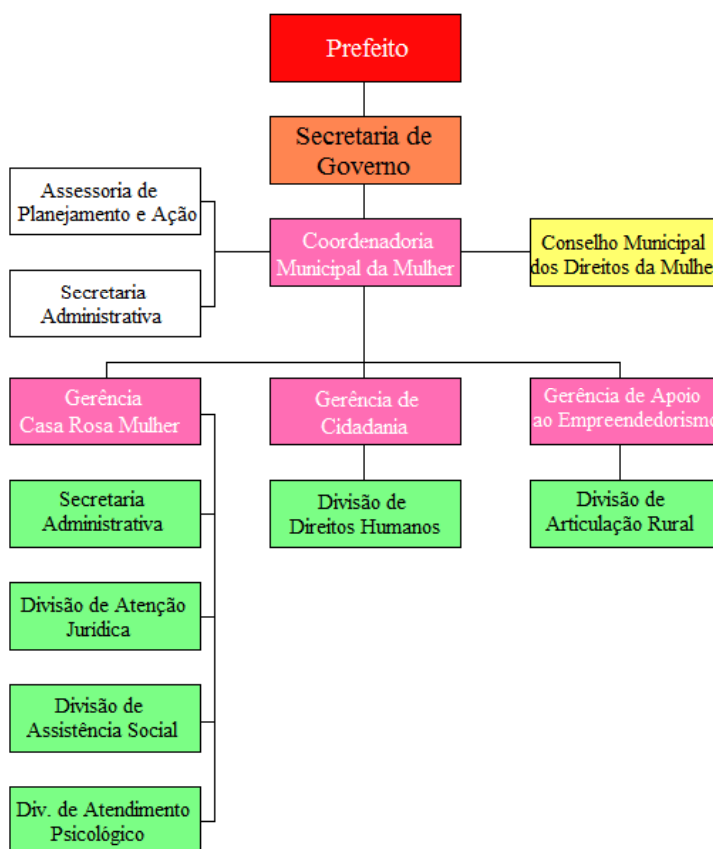
saúde e a Casa Rosa Mulher não prioriza seu atendimento a elas, mas sim para os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher de maneira geral.

A criação da Secretaria Estadual Extraordinária da Mulher, em 2003, foi um passo muito importante na execução de políticas públicas de gênero, dando ainda mais visibilidade e poder ao tema em todo Estado do Acre. Ela ajudou a tornar possível, pela decretação da Lei Municipal Nº 1.551 de 2005, a Coordenadoria Municipal da Mulher que está submetida à Secretaria de Governo da Prefeitura de Rio Branco, sob coordenação de Rosali Scalabrin.

Dentro do organograma da Coordenadoria foi colocada a Casa Rosa Mulher como uma de suas três gerências de atuação, assim ela passou a ter um caráter de instituição oficial. Esta ligação direta com o governo municipal possibilita não só conquistas políticas, mas também a solicitação de financiamento para manutenção da Casa.

Filomena Ramos retornou a Coordenação da Casa Rosa Mulher em 2005 e participou desta mudança de estrutura pela qual o órgão estava passando, incluindo também no quadro de funcionários os cargos de psicóloga e advogada. Portanto, o tripé em que se baseia o atendimento oferecido à população feminina se concretizou e a soma dos atendimentos técnicos aos cursos fez com que os vínculos entre instituição e usuárias continuassem por mais tempo que apenas o período de duração das atividades profissionalizantes.

Assim, em 2006, a Casa Rosa Mulher teve sua identidade consolidada como um centro de referência no combate à violência doméstica, possibilitada pela implantação da Lei 11.340/2006, já durante o novo mandato do Partido dos Trabalhadores. Sua atual estrutura dentro da Prefeitura Municipal de Rio Branco pode ser conferida no organograma abaixo:



A Casa teve suas instalações reformadas e ampliadas em 2007, ano da eleição de Arnóbio Marques, também do PT, para governador do Estado. Na nova gestão, a Secretaria Estadual Extraordinária da Mulher foi extinta, pois, segundo o novo plano de trabalho, os diversos setores como saúde, educação, cultura e assistência social, devem abranger o tema. No formato anterior não havia possibilidade de realizar projetos em parceria com essas diferentes áreas.

Para isso, foi pensada uma política transversal e, ao invés de uma Secretaria, foi criada uma Assessoria Estadual da Mulher que deve contar com o apoio de políticas das outras secretarias. Apesar das mudanças, tem sido um grande desafio implantar a transversalidade planejada, já que vem sofrendo preconceitos de outros setores, mesmo que discretos, deixando de ser executada a maioria dos projetos elaborados ainda durante a existência da Secretaria.

Aspectos Institucionais e Financeiros

No passado, as atividades de educação e lazer oferecidas pela Casa, foram projetos que tiveram seus orçamentos aprovados pelo Programa Nacional de DST/ AIDS, Programa Nacional e Apoio à Cultura, UNICEF e extinto Centro Brasileiro de Infância e Adolescência (CBIA).

Também contou com a parceria da Rede Acreana de Mulheres e Homens no desenvolvimento de projetos e capacitação dos recursos humanos; Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular (CDDHEP) no combate à violência doméstica, planejamento e avaliação das atividades; Fundação Garibaldi Brasil, no apoio às atividades de arte e educação de crianças e adolescentes; Universidade Federal do Acre (UFAC) com a participação de bolsistas de enfermagem; e Serviço Social da Indústria (SESI) no atendimento odontológico.

Atualmente, a Casa Rosa Mulher é mantida através de recursos destinados pela Prefeitura Municipal de Rio Branco, que arca com os gastos fixos (água, luz, telefone, gasolina e recursos humanos) e também possui um convênio com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) do Governo Federal que disponibiliza os equipamentos, bens de consumo e a própria realização dos cursos.

Por nunca obter recurso prioritário e por não possuir um orçamento fixo, não há um calendário permanente dos cursos oferecidos pela Casa Rosa Mulher. Sua contabilidade é feita pela própria prefeitura, apesar os gestores da Casa não terem acesso fácil e direto. No entanto, durante o período de visita de campo, obtivemos as informações financeiras do quadro abaixo por meio da Coordenadoria Municipal da Mulher, cujos valores são referentes à manutenção da instituição no ano de 2007:

ITEM	RECURSOS	DESPESA	VALOR (R\$)
I	Próprios	Manutenção	109.523,19
I	Próprios	Contrapartida do Convênio 220/06-Casa Rosa Mulher	11.000,00
IV	Federais	Convênio 127/07-Apoio a Casa Rosa Mulher	63.369,38
V	Próprios	Contrapartida do Convênio 127/07	7.041,04
VI	Próprios	Pessoal	52.476,67
TOTAL GERAL			343.410,28

Todo o dinheiro arrecadado nas feiras de comercialização dos produtos feitos no curso de corte-costura e nos atendimentos diários que as alunas do curso de cabeleireira ou manicure-pedicure prestam à população, cobrando uma pequena taxa pelo serviço, não é contabilizado por ser de baixo valor, sendo suficiente apenas para suprir eventuais necessidades de pequeno custo.

Casa Rosa Mulher Hoje

A Casa Rosa Mulher é um órgão bastante conhecido pela população de Rio Branco, município com aproximadamente 300 mil habitantes, e só no primeiro semestre de 2008, a Casa cadastrou em seu banco de dados 821 novas mulheres que buscam se tornar usuárias dos seus serviços.

Grande parte das mulheres atendidas pela Casa foi encaminhada por outros órgãos, mas existe procura espontânea e, muitas vezes quando isto ocorre, elas estão apenas em busca dos cursos profissionalizantes e esperam durante algum tempo para conseguir uma vaga. Já as mulheres encaminhadas, em geral, são vítimas de violência que precisam do apoio especializado.

Porém, como não há suporte para tal demanda, a instituição adotou um critério de seleção chamado “Screening de Rotina” (vide Anexo 1) baseado no grau de necessidade e de violência a qual a pessoa está submetida, dando preferência de atendimento àquelas que estão em maior vulnerabilidade.

O trabalho da Casa é realizado por atendimentos que podem ser individuais ou coletivos, sempre com a intenção de que se sintam confortáveis colaborando para sua reestruturação emocional. Durante o atendimento psicológico, social ou jurídico, que se dá individualmente, a vítima dialoga com as profissionais de forma a encontrar um espaço confidencial para exprimir suas angústias, dúvidas e receios.

A ex-assistente jurídica, Ana Lúcia Ferreira, que durante a pesquisa foi substituída por Vanessa Motta, explanou a respeito desta função que esclarece às usuárias da Casa quais são seus direitos e deveres, faz encaminhamentos para a Delegacia da Mulher e, quando necessário, as acompanha em audiências. Aconselha em como reagir na situação de violência, a fim de que o casal tente conversar com calma para tomar conhecimento das dificuldades e procurar a solução de forma não agressiva.

O outro foco desses atendimentos é fazer com que a mulher se valorize mais, sempre mostrando seus pontos fortes, e tudo o que ela é capaz de fazer, de modo que também se sinta segura sob a proteção do Estado, proteção esta que é dada através da Casa Rosa Mulher, dentro da esfera de seus serviços.

Segundo a psicóloga da Casa, Macleine Paula de Melo, cada sessão possibilita a racionalização das questões, buscando o redescobrimto, a auto-estima, potencialidades e resiliência, já que a maioria das mulheres que denunciaram a violência encontrava-se nesta situação há anos e algumas já apresentavam problemas físicos devido à grande pressão psicológica.

O trabalho da assistente social Kátia de Sá Lima é de acompanhar cada caso através dos atendimentos individuais e de visitas domiciliares, para verificar quais são as necessidades da usuária. A assistente social também orienta, por exemplo, quanto aos serviços de saúde, intervindo nos casos em que cidadã não tem acesso à Rede.

As mulheres têm fácil acesso à equipe técnica e podem agendar atendimentos durante os cinco dias da semana, no horário de funcionamento da Casa, que é das 8h às 12h e das 14h às 17h. Também têm a confiança de que ninguém saberá sobre a sua consulta, pois muitas sentem vergonha de dizer que fazem uso desses serviços, com receio de expor seus problemas.

Embora a Casa atinja bons resultados em seus atendimentos, ela sofre um problema de alta rotatividade de funcionários, devido as funcionárias contratadas serem comissionadas e não efetivas. Assim, são mais vulneráveis a não permanência em seus cargos, seja por questões financeiras ou políticas.

A consequência disto no trabalho desenvolvido é a descontinuidade do trabalho, principalmente do ponto de vista metodológico, o que tanto pode afastar quanto atrair usuárias.

No atendimento coletivo, através das oficinas e cursos profissionalizantes (cabeleireira, manicure-pedicure, depilação, corte-costura e pintura em tecido), as usuárias podem praticar suas habilidades e obter renda, uma boa forma de reintegrá-las na sociedade de forma ativa. Normalmente há uma disponibilidade de 20 vagas por curso e cada turma conta com uma instrutora e, quando necessário, algumas ajudantes.

Eles duram em média de um a quatro meses, dependendo do curso, com duração aproximada de 4 horas por dia, e as mulheres podem optar pelo período da manhã ou da tarde. Sempre no término de cada curso, a Casa fornece às alunas um certificado, e quando o dinheiro fornecido ao projeto possibilita, as alunas são presenteadas com um kit de material básico para começar a trabalhar.

As oficinas educativas consistem em pequenas reuniões de grupo para que as alunas discutam sobre algum tema, escolhido pela profissional da equipe técnica, que geralmente trata da identificação da violência, do preconceito, valores universais como o respeito, entre outros assuntos que fazem parte do cotidiano dessas mulheres. Essas oficinas iniciam logo no primeiro dia de aula e são realizadas a cada quinze dias durante o período dos cursos. Estes encontros também são estendidos a outras instituições para difundir o serviço da Casa.

As alunas também executam trabalhos em eventos abertos à população carente, oferecendo corte de cabelo de graça e serviço de manicure e pedicure a preços populares. Assim, a mulher atendida pela instituição passa a ajudar outras pessoas, no processo de elevação da sua auto-estima, possibilitada pela valorização da sua tarefa.

A Casa Rosa Mulher atende mulheres de diferentes realidades, por isso conta com uma reserva de vales-transporte para ajudar as que moram longe e não possuem condições de pagar o transporte público até o fim do curso ou durante os atendimentos com a equipe técnica. A Casa também auxilia as vítimas mais vulneráveis a conseguir o benefício do programa bolsa-família e do kit do Programa de Subsídio Habitacional (PSH).

Tal kit é oferecido às pessoas que tiveram suas casas destruídas e que não têm condições para construir uma nova, como nos casos em que o companheiro queima a casa, geralmente de madeira, quando há uma grande possibilidade de separação em prejuízo da mulher. O PSH disponibiliza todo o material necessário desde que os terrenos estejam no nome da pessoa que precisa do auxílio e em áreas legalizadas. Para que sejam contempladas, as mulheres passam por atendimentos com a assistente social, que irá verificar a real situação da mulher, mas a doação dependerá do limite da cota disponível pelo Governo.

Em conversas tidas com algumas usuárias e ex-usuárias da Casa, todas disseram que gostam muito do ambiente e do apoio que a Casa Rosa Mulher oferece. Para elas, isto é fundamental, pois além de conhecer novas pessoas, também descobrem habilidades e as desenvolvem, já que têm a possibilidade de colocá-las em prática. Com isso, essas mulheres elevaram sua auto-estima e começaram a se sentir mais bonitas tendo seus valores reafirmados. Em seus depoimentos, disseram que além da Casa tê-las acolhido, também as fez “reviver”.

Muitas usufruem do que foi aprendido nos cursos, dessa maneira ajudando-as a crescer e se tornar autônomas, porém, existem os casos em não houve continuidade do trabalho e alguns motivos para isso foram a vinculação da mulher a alguma religião ou ter se casado outra vez, não vendo a necessidade de possuir um emprego fora de casa. Uma parte dessas mulheres acredita que agora estão em um relacionamento saudável, sem qualquer risco de violência, mas afirmam que se notarem sinais de agressividade ou falta de respeito agora saberão como lidar. Outras optaram por ficar solteiras, numa forma encontrada para evitar o retorno ao ciclo da violência.

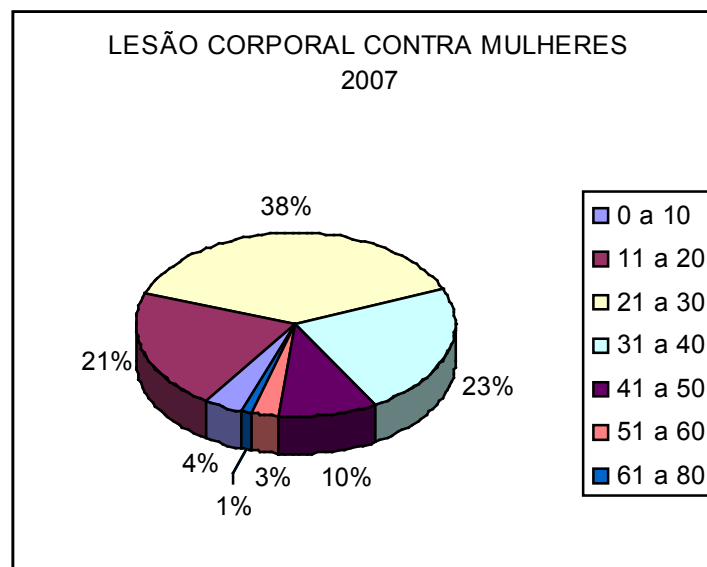
Ciclo de Violência e Questão do Agressor

O trabalho preventivo desenvolvido pela Casa Rosa Mulher através das oficinas culturais, inicialmente explica às novas alunas o que é a violência de gênero - baseada na desigualdade das relações entre homens e mulheres, independente da condição social, etnia ou grau de instrução e, que além do medo permanente, esse tipo de violência pode resultar em danos físicos e psicológicos duradouros.

Ao explicar acerca da violência doméstica - atos repetitivos que vão se agravando em frequência e intensidade, como coerção, cerceamento, humilhação, desqualificação, ameaças e agressões físicas e sexuais variadas - as profissionais da Casa Rosa Mulher expõem as formas de agressão definidas pela Lei Maria da Penha, como a física, a psicológica, a moral, a sexual e a patrimonial.

A violência física é mais conhecida por ser geralmente visível e é caracterizada pela ofensa à integridade ou saúde corporal, podendo variar de um empurrão a um espancamento com objetivo de dominar a mulher. A maioria dos casos é de agressão corpo a corpo ou com arma branca e a maior parte dos homicídios contra mulheres ocorrem por arma de fogo.

Segundo informações disponibilizadas pelo Instituto Médico Legal de Rio Branco, a violência costuma acontecer após o agressor ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de outras drogas, além da agravante sentimental, que em geral é o ciúme. A tabela a seguir mostra o percentual de agressões contra pessoas do sexo feminino ocorridas em Rio Branco no ano de 2007 de acordo com a idade das vítimas (nota-se que a maioria delas está em idade máxima de reprodução):



Fonte: Arquivo do Instituto Médico Legal de Rio Branco, 2007

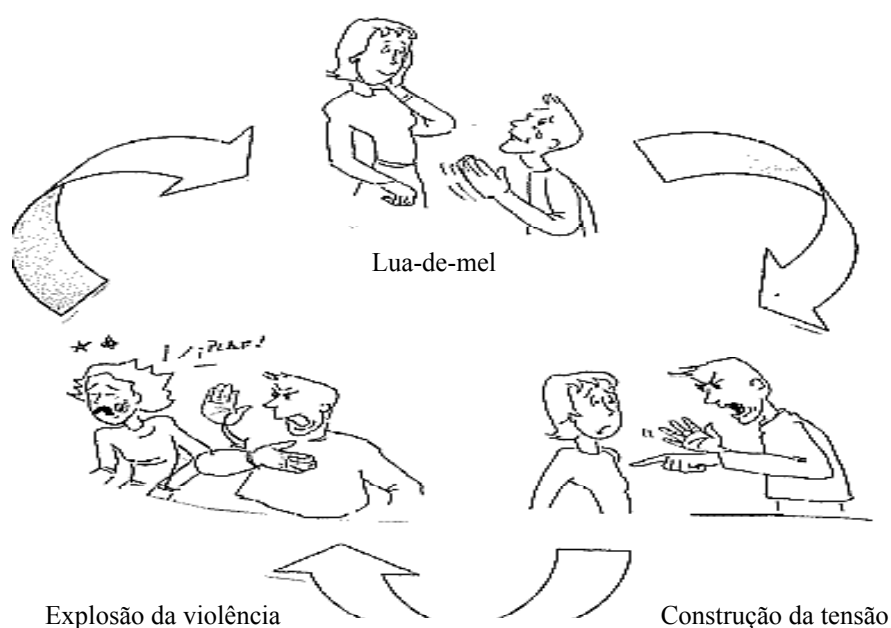
A violência psicológica causa danos emocionais e diminui a auto-estima com vistas a controlar ou degradar ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, perseguição, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação. A violência psicológica é muito próxima da violência moral, que se distingue pela calúnia, difamação ou injúria.

A violência sexual é qualquer atitude tomada para constranger a mulher a presenciar, manter ou a participar de relação sexual não desejada, por meio de intimidação, ameaça ou uso da força; que induza a vítima a comercializar ou a utilizar a sua sexualidade. Ou qualquer conduta que a impeça de usar qualquer método contraceptivo, que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição; ou ainda que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Já a violência patrimonial se configura quando há retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer as necessidades da mulher agredida.

Numa pesquisa realizada com ex-alunas em 2006, pela própria Casa Rosa Mulher, foi constatado que 69% delas sofrem ou sofreram violências sobrepostas, ou seja, mais de uma ou todas as tipificações apresentadas. Destas mulheres, 81,5% afirmam que não estão mais em situação de violência. Para elas, as principais mudanças que ocorreram em suas vidas e ajudaram a deixar o ciclo de violência foram: aumento das amizades, disposição e renda (nesta ordem de importância).

Dentro das informações oferecidas às mulheres, é explicado detalhadamente o ciclo da violência – que consiste na formação de uma tensão entre o homem e a mulher, causada principalmente por falhas no diálogo entre ambos, culminando no momento da violência chamada “explosão” e, após isso, o agressor se arrepende, tornando-se mais carinhoso na fase conhecida como “lua-de-mel”, como mostra a figura abaixo:



O acompanhamento da vítima durante a fase da “Lua-de-mel” é mais delicado, pois é preciso fazê-la perceber que o aparente fim do problema é transitório, na intenção de evitar que ela retorne ao ciclo e, nos casos mais graves, garantir que o rompimento com o agressor – se for o caso – seja efetivo.

Normalmente, as mulheres demoram a sair da situação de violência porque ainda têm ligação afetiva com o agressor, têm medo de sofrer uma violência ainda maior, sentem vergonha dos vizinhos, amigos e família ou têm medo de prejudicar o próprio companheiro e os filhos. Até mesmo a religião - sendo a evangélica a que exerce forte influência na vida da

população de Rio Branco - muitas vezes pode fazer com que a mulher se submeta a este tipo de situação, pois fomentam o poderio do homem e a subordinação da mulher e acreditam que, por ser sagrado, o casamento é a base da harmonia familiar e espiritual e deve ser mantido em qualquer situação.

Muitas mulheres se sentem culpadas ou responsáveis pelo problema que sofrem e um importante fator que as impede de denunciar a violência e de romper o ciclo é a dependência financeira. Algumas moram longe da família e não sabem a quem recorrer. Além disso, o medo de ser ter seu sofrimento banalizado também é grande, afinal a sociedade ainda está aprendendo a reconhecer esse tipo de violência como crime.

Uma outra questão muito importante, para entender o ciclo da violência, apareceu em uma Roda de Conversa em Psicologia realizada periodicamente por psicólogos, na Casa Rosa Mulher. Nessa ocasião foi levantada a falha presente no combate à violência doméstica que é a inexistência de um atendimento social voltado ao agressor.

Com a implantação da Lei Maria da Penha, os profissionais perceberam que os homens ficaram mais resistentes ao tema, por isso a necessidade de trabalhar também o outro lado. Tal tema deve vir à tona por se tratar de uma função do poder público, sendo necessária a viabilização de recursos, mobilização e consultoria para a concretização desta idéia.

A sugestão dada pela psicóloga da Casa, Macleine Paula de Melo, é de que este trabalho seja feito por homens, de modo interativo, mas com mulheres trabalhando em conjunto para a formulação dessa política pública e, também, no processo de tentar incluir o atendimento psicossocial nas penas alternativas, reforçando as características positivas do agressor, que muitas vezes não é um criminoso.

Raimundo Alves, psicólogo e atual diretor do Departamento de Proteção Social Especializada da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social de Rio Branco, nome de referência no anseio de completar as ações de combate à violência doméstica, pois em 2006 idealizou o projeto “A outra vítima” com o objetivo de atender o agressor, nos expôs numa entrevista que muitos presidiários, em geral com idade entre 19 e 30 anos, estão cumprindo pena por terem cometido violência intra-familiar. A idéia dele seria trabalhar com os agressores e o projeto chegou a ser apresentado ao Tribunal de Justiça, que foi simpático à idéia, porém ainda não a efetivou.

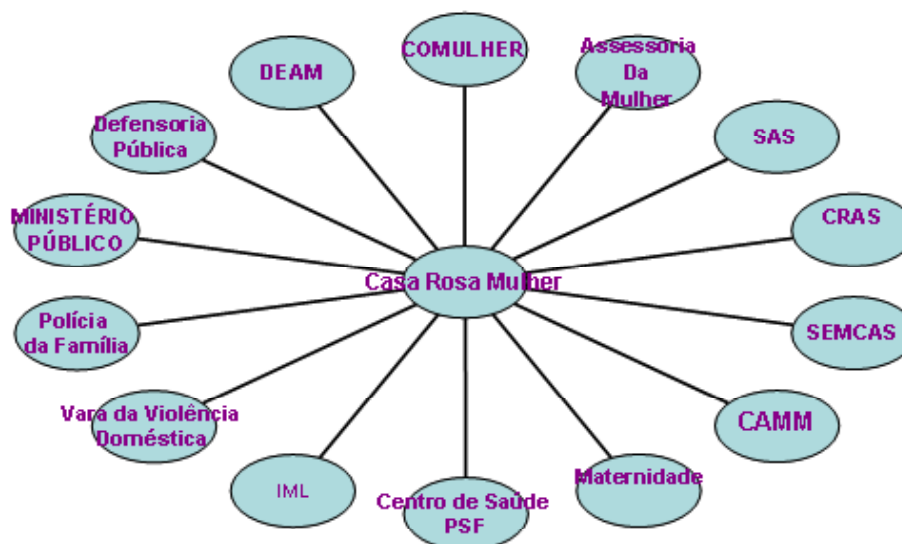
A falta de paciência dos companheiros é uma das principais justificativas da violência e, segundo Raimundo Alves, isto é fruto da educação machista e autoritária dada ao homem que não aprende a desabafar e, desde pequeno, é punido quando demonstra angústia ou fraqueza. Esta dificuldade se reflete em suas relações sociais e a educação severa que causa a repressão de sentimentos, conseqüentemente, também leva à criação de barreiras que impedem o cultivo de relacionamentos saudáveis baseados na compreensão mútua. Isso explica o fato dos policiais, quando agressores, apresentarem-se como os mais violentos.

A dominação masculina se dá culturalmente, não apenas devido à educação descrita, mas também ocorre pela banalização dos erros do filho por parte de algumas mães que os mimam pelo fato de serem homens e representarem uma figura de segurança para a família. Assim, desde jovens não enxergam necessidade de mudar o comportamento por não verem benefícios. Preferem sair “por cima” em discussões, por orgulho e para manter a imagem de dominador que passam fora de casa, tornando-se violentos quando já se sentem inferiores no relacionamento.

Um problema verificado é como os relacionamentos, hoje em dia, se tornaram superficiais. Homens e mulheres criam mecanismos de defesa, na insegurança de ter um diálogo que atinja mais a fundo as relações, fragilizando a convivência e propiciando o rompimento. Infelizmente, crianças nascem e são educados nesta situação e, muitas vezes, reproduzem o ciclo de violência no decorrer de suas vidas. Por isso, a necessidade de aprender a conviver com o sexo oposto, para que homens e mulheres saibam lidar com sensibilidades e desejos, de modo que haja um amadurecimento no diálogo entre eles.

Rede Informal de Atendimento para Mulheres

Para a execução de sua política pública de gênero, a Casa Rosa Mulher trabalha em conjunto com órgãos das áreas da saúde, justiça e assistência social existentes na cidade de Rio Branco e sua posição central no diagrama representado a seguir torna visível a existência destas relações que se dão direta ou indiretamente.



Todo o processo de denúncia contra a violência doméstica é iniciado na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), desde a abertura da queixa até a efetivação do boletim de ocorrência. O acompanhamento do processo é realizado com o auxílio do Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), localizado no mesmo prédio e composto por psicóloga e assistente social.

Em reunião com delegadas, psicóloga e advogadas da DEAM e do CIAM foi exposto que a Lei Maria da Penha significou uma grande segurança para as mulheres que sofrem algum tipo de agressão, pois seus direitos e as consequências para o agressor tornaram-se mais definidos.

Segundo a delegada Maria Sônia Ribeiro, 90% dos casos que chegam à delegacia são de violência doméstica, mas os papéis da delegacia e do centro integrado da mulher são de tentar reestruturar as famílias que estão com os laços quase desfeitos.

A delegacia promove uma negociação com o agressor, prezando pelo bem-estar da família. Por exemplo, se ele é usuário de algum tipo de droga e deseja abandonar o uso, pode ao invés de ser preso, ser encaminhado ao Centro de Desintoxicação existente no Hospital de Urgências e Emergência de Rio Branco, ou então, ser submetido a tratamento no Hospital de Saúde Mental do Acre (HOSMAC).

A psicóloga do Centro Integrado de Atendimento à Mulher, Rosa Luiza Lima Matias, ressaltou a ineficiência da prisão, pois além de não ser tratado, o agressor pode permanecer pouco tempo preso, por causa da lotação do único presídio da cidade. Um fato comum é a desistência de continuar o inquérito por parte das mulheres, pois muitas se reconciliam com seus companheiros, o que, na maioria das vezes, significa a volta ao ciclo de violência.

Quando o agressor não responde às intimações para comparecer à delegacia ou, em casos extremos, em que a mulher sofre ameaça de morte e ela não tem onde ficar, como na casa de parentes ou amigos, ela é encaminhada para a Casa

Abrigo Mãe da Mata, ficando, assim, sob proteção tutelar do Estado. Tais encaminhamentos realizados pela delegacia da mulher, geralmente, são mais eficazes e urgentes, pois ela tem um relacionamento direto com a rede informal, além de ser um dos principais órgãos que a compõem.

A Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, apesar de seu papel, também apresenta algumas falhas de estrutura, presentes em quase toda rede: a falta de recursos humanos e de capacitação. A primeira, somada à inexistência de um sistema integrado de inquéritos que possibilite a criação do histórico do agressor, acarreta num acúmulo de inquéritos. A falta de capacitação, por sua vez, pode causar uma má conduta por parte dos policiais que não têm conhecimento sobre a Lei Maria da Penha.

Já a Casa Abrigo Mãe da Mata, tem seu serviço direcionado exclusivamente para as mulheres em risco de morte e que realmente não têm onde morar, pois a casa comporta apenas 14 famílias, totalizando 35 pessoas que se distribuíam em 8 suítes. Ela não tem o seu endereço divulgado por segurança, e as abrigadas não podem sair do local, a não ser para atendimento de saúde ou comparecimento em audiências, sempre acompanhadas pela assistente social da Casa.

As mulheres podem ser abrigadas junto com os seus filhos de até 14 anos, pois na casa abrigo participam de atividades lúdicas onde a criança toma conhecimento do que é a violência e é orientada por educadoras a não repetir este comportamento. Esta educação motiva a regra da casa que proíbe a mãe de agredir uma criança, mesmo que seja o seu filho. Também há uma equipe técnica formada por psicóloga e assistente social para o acompanhamento das mulheres, além de quatro monitoras. Dentro da Casa Abrigo Mãe da Mata existem regras de boa convivência visando uma postura ética e não violenta entre as companheiras e, caso haja brigas, as envolvidas são desligadas da Casa.

Em relação à permanência das usuárias não existe um tempo determinado, mas há uma grande preocupação por parte da coordenadora da Casa Abrigo Mãe da Mata, Madalena Ferreira da Silva, com relação às mulheres se tornam muito dependentes do abrigo, pois se acostumam com os benefícios disponibilizados pela Secretaria da Assistência Social do Estado. Em casos de dependência financeira em relação aos agressores, as mulheres são encaminhadas para a Casa Rosa Mulher, assim podem fazer os cursos profissionalizantes e obter alguma renda.

Já na área da saúde, o órgão especializado é a Maternidade Bárbara Heliodora (MBH), utilizado tanto por grávidas quanto pelas próprias vítimas de violência sexual. Lá as vítimas de violência costumam relatar o que aconteceu ao médico e embora haja uma constante capacitação por meios de seminários para discutir o tema da violência contra a mulher, uma das dificuldades do serviço é o fato destes profissionais terem medo de se envolver com os casos por receio de sofrer abalo emocional.

Na própria maternidade as mulheres recebem atendimento psicossocial durante os dias úteis e em horário comercial, para orientação de como devem proceder para solução dos seus problemas e realização de encaminhamentos para as outras instituições da rede informal de atendimento à mulher, da qual também faz parte o Hospital de Urgência e Emergência de Rio Branco (HUERB).

O HUERB, por ser o hospital com maior número de atendimentos diários de todo o estado do Acre, recebe o maior número de casos de violência contra a mulher. Devido à sua grande demanda o questionário específico para casos de violência contra mulher não é muito eficiente, pois os médicos que os preenchem nem sempre se sensibilizam com a situação da mulher. Neste ponto, o processo de encaminhamento falha, já que é o médico quem transfere a paciente para o serviço social do pronto-socorro.

Fato semelhante ocorre no Instituto Médico Legal, pois toda a responsabilidade de encaminhamento recai sobre o médico. O problema é que nem todos os eles estão capacitados e lidar com esta questão, e seu contato direto é feito com a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher.

Algumas Dificuldades Encontradas

Apesar da ligação existente entre todas as instituições mencionadas, não há uma articulação formal entre elas e, assim atuam de forma muito independente, ao passo que há sempre uma grande necessidade de comunicação entre elas. Esta inter-relação acontece por meio de encaminhamentos possibilitados muitas vezes pela existência de contatos pessoais entre profissionais de casa departamento.

O atendimento à população fica prejudicado pela fragilidade dessas conexões, que esbarra em outro problema, o da rotatividade de funcionários, uma vez que a maioria dos cargos desta rede informal é comissionada e não concursada. Desse modo, muitos contatos são perdidos com a saída de um funcionário, apresentando uma descontinuidade ou diminuição do ritmo dos serviços prestados, em algumas vezes a realização do encaminhamento correto.

O próprio trabalho da Casa Rosa Mulher fica vulnerável caso sua atual coordenadora, Filomena Ramos, seja substituída por outra pessoa, pois seu nome é apontado por muitos departamentos como referência no combate à violência contra a mulher.

Estes problemas foram detectados pelos prestadores de serviços e gestores que chegaram a idealizar uma possível institucionalização da rede entre os anos de 2003 e 2004, o chamado Projeto Reviva que embora fosse necessário, não obteve sucesso.

Na tentativa de formalizar as ligações entre os órgãos, a Casa Rosa Mulher criou a Roda de Conversa em Psicologia, citada anteriormente, que acontece uma vez ao mês com a participação de psicólogos para discutir ações e resultados.

Mesmo atuando dentro desta informalidade, a rede de serviços para as mulheres é mais forte na esfera municipal do que na estadual, devendo isto às diferenças na formação de forças políticas nos diversos níveis de governo, mas também pela maior facilidade de aceitação do tema no município de Rio Branco por parte de diversos gestores.

Para muitos profissionais, a nova articulação do Governo Estadual se tornou menos eficaz no momento da criação da Assessoria Estadual da Mulher, pois agora dependem de outras Secretarias para a execução de projetos. E apesar de idealizar diversos projetos importantes, a assessoria fica limitada também pela escassez de recursos humanos e a falta de verba.

Segundo Leide Aquino, assessora estadual da mulher, a maior dificuldade na execução da Lei Maria da Penha no Estado do Acre continua sendo um fator cultural, pois dos 33 delegados existentes em todo o Estado, muitos ainda possuem uma visão preconceituosa com relação aos direitos da mulher. Eles ficam sobrecarregados, e acabam selecionando segundo critérios pessoais os casos mais importantes a serem solucionados.

No Acre, devido ao reduzido número de habitantes, existem apenas duas Varas de Violência Doméstica, uma na capital e a outra em Cruzeiro do Sul, segundo maior município do Estado. A Vara de Rio Branco, inaugurada em 2008, ainda não tem uma formação do quadro de funcionário completa e ainda não foi nomeado um juiz efetivo, o que torna seu trabalho praticamente inativo.

Análise

O problema da violência contra a mulher havia obtido grande destaque na região norte do país no fim da década de 80 e ações foram discutidas na tentativa de mudar a triste realidade que se apresentava. A Casa Rosa Mulher foi, então, criada neste sentido, conseguindo os primeiros recursos para a realização de atividades através de campanhas do Governo Federal.

Este compromisso com a sociedade tem sido levado a sério desde seu nascimento por parte dos seus gestores e a Casa é a concretização de uma idéia elaborada por uma parcela da sociedade já envolvida com movimentos sociais. Ela foi capaz de ultrapassar preconceitos existentes para mostrar à população a importância de tratar o problema da violência contra a mulher, oferecendo a assistência necessária para superação de traumas e elevação da auto-estima das vítimas, motivando sua independência financeira.

A instituição não visa apenas os resultados imediatos, mas também os de longo prazo, pois sabe da necessidade deste serviço e que ele depende muito do processo lento de conscientização das pessoas. Porém, nesta área, não existe mudança efetivamente consistente realizada em curto prazo, e é necessário criar uma forma de acompanhamento das ex-alunas para avaliação mais consistente dos resultados efetivamente obtidos com essa política

Atualmente, a Casa prioriza o atendimento às mulheres que sofrem violência de uma maneira geral, e tem seu trabalho reconhecido pela população rio-branquense de forma bastante positiva num processo de continuação dos serviços prestados, observando assim a consolidação de uma política pública baseada no tripé: assistência social, jurídica e psicológica. E todo o trabalho objetiva a difusão do conhecimento e reafirmação de valores na vida daquelas mulheres que os tinham de forma fragilizada.

É importante ressaltar que ao invés de oferecer atendimento aos agressores, as medidas protetivas – em casos extremos – privam a mulher do contato com a sociedade, como é comprovado nos casos daquelas que, para se proteger, necessitam do amparo da Casa Abrigo. E se o tratamento dos agressores fosse criado e surtisse o efeito esperado, poderia ser possível amenizar investimentos na proteção e auxílio à mulher, além de alcançar uma diminuição da violência, pois toda a sociedade estaria envolvida no processo de propagação das boas relações sociais.

Caso a instituição tivesse maior acesso ao seu próprio relatório financeiro, isto poderia significar maior segurança à instituição quanto aos seus gastos, visto que ela nunca obteve recursos prioritários, podendo inclusive fazer uma relação custo-benefício das ações implantadas.

Algumas características foram observadas em toda a rede informal de atendimento à mulher, como a elevada rotatividade de funcionários, que faz romper a continuidade dos serviços prestados; a exposição de trabalhos sociais ao modo de governar de cada gestor; e também a falta de institucionalização entre os órgãos, mas que em conjunto mostram a preocupação em resolver tais situações.

A Casa Rosa Mulher é uma experiência motivadora no que se refere à superação de obstáculos e serve como guia para outros projetos em processo de implantação no próprio Estado do Acre, e também é uma referência para o mundo na busca de garantir os direitos das mulheres, promover a cidadania e contribuir para a geração de renda.

Referências Bibliográficas

Soares, Bárbara M., *Enfrentando a Violência contra a Mulher - Orientações Práticas para Profissionais e Voluntários* (as). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2005.

Histórico da Casa Rosa Mulher – Acervo da Casa Rosa Mulher, Rio Branco - AC - BRASIL.

Recebimento do prêmio do Programa de Habitação Familiar.

<http://www.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=373&Itemid=116>

Acesso em: 14 jul. 2008.

Inauguração da primeira Vara Especializada em Violência contra a Mulher

<<http://www2.uol.com.br/pagina20/02032008/ministerio.htm>>

Acesso em: 15 jul.2008.

História da Ocupação da Amazônia

<<http://www.tomdaamazonia.org.br/biblioteca/files/Cad.Prof-4-Historia.pdf>>

Acesso em: 25 set. 2008.

Anexo 1

CASA ROSA MULHER – Centro de Referência para Mulheres em Situação de Violência

“SCREENING” DE ROTINA

Você se sente insegura na sua própria casa? (caso SIM seja só neste item indagar se a ameaça é interna ou externa)

() NÃO

() SIM Quando? _____

Você tem medo de alguém importante para você (Seu parceiro/a, pai/mãe, tio, irmão)?

() NÃO

() SIM Quando? _____

Você já se sentiu humilhada, intimidada, diminuída, acuada por uma pessoa importante para você (Seu parceiro/a, pai/mãe, tio, irmão)?

() NÃO

() SIM Quando? _____

Alguém próximo a você lhe bate ou já bateu? OU Alguém importante para você lhe agrediu fisicamente (Seu parceiro/a, pai/mãe, tio, irmão)?

() NÃO

() SIM Quando? _____

Você já se sentiu forçada a ter relações sexuais com alguém?

() NÃO

() SIM Quando? _____

Você já teve algum objeto de uso pessoal, da casa ou instrumento de trabalho danificado ou subtraído por alguma pessoa próxima a você?

() NÃO

() SIM Quando? _____

Você já se sentiu ofendida por uma pessoa próxima ter te difamado ou lhe atribuído algo que não tinha feito?

() NÃO

() SIM Quando? _____

Rastreio Positivo: pelo menos um SIM ()

Rastreio Negativo: Todas as respostas NÃO (Sem e Com sinais e/ou sintomas) ()